Uma das formas de o governo conduzir as atividades econômicas, com o objetivo de atender ao relevante interesse público, ocorre por meio da administração das empresas estatais. Nesses casos, nem sempre o mais importante é o resultado dessas estatais em termos de lucro, mas sim o atingimento de determinados objetivos definidos pelo governo.

Esse caso está bastante associado ao exercício da função alocativa, quando o governo fornece bens e serviços que não são ofertados adequadamente pelo mercado. Isso acontece com setores como o de energia e saneamento, que são estratégicos para a população e considerados monopólios naturais. Outro exemplo é quanto o governo exerce a função estabilizadora, através do controle de preços de serviços, como por exemplo as tarifas de transporte. Ou até mesmo a função distributiva, por meio das estatais que fornecem serviços de pesquisa e assistência técnica para pequenos produtores rurais.

Dessa forma, selecionamos quatro setores para detalhar os dados com um pouco mais de profundidade. Foram eles: saneamento e energia, que desde 2019 figuram entre os setores que mais apresentam lucros; e transporte e pesquisa e assistência técnica agropecuária, que desde 2019 aparecem dentre os setores que mais apresentam prejuízo. Ressaltamos que as estatais que compõem os setores entre os anos de 2019 e 2021 sofreram mudanças, seja porque algumas foram privatizadas ou liquidadas, seja porque não constavam em nossas bases de dados iniciais. A análise abaixo leva em consideração o agrupamento de estatais do setor.

**Saneamento:**

O setor de saneamento está em grande destaque desde a publicação do novo marco legal do saneamento básico, criado pela Lei n° 14.026/2020, que prevê que até o ano de 2033 99% da população brasileira tenha acesso ao abastecimento de água, e que 90% tenha acesso à coleta e ao tratamento de esgoto. Para o atingimento desse objetivo, estima-se que será necessário a realização de investimentos de cerca de R$ 900 bilhões[[1]](#footnote-2) .

A análise do agrupamento de estatais que compõem o setor mostra que os investimentos têm aumentado desde 2019, saindo de R$ 5,1 bilhões para R$ 11,1 bilhões em 2021. O setor de saneamento é composto majoritariamente por estatais não dependentes (mais de 80%), sendo que das cinco estatais declaradas dependentes, uma delas encontra-se em processo de liquidação. Essas estatais receberam, em média, por ano, R$ 1,1 bilhão em aporte de capital dos governos estaduais durante os três anos analisados. Houve também o recebimento de subvenções de, em média, R$ 200 milhões por ano e assunção de passivos pelo ente controlador de, em média, R$ 69 milhões por ano. O lucro médio do setor no período foi de R$ 5,1 bilhões, com uma leve tendência de alta.

**Energia**

O setor de energia apresentou aumento de seus lucros durante todo o período analisado, saindo de R$ 6,2 bilhões em 2019 para R$ 14,1 bilhões em 2022. No entanto, os investimentos não acompanharam o aumento dos lucros, sofrendo uma forte queda em 2020 (de R$ 14,1 bilhões para R$ 4,7 bilhões) e voltando a aumentar em 2021 para R$ 9,7 bilhões. Nenhuma estatal desse setor declarou ter recebido aportes de capital durante esses três anos.

Apenas o estado de RR possui uma estatal do setor energético declarada como dependente, no entanto ela encontra-se hoje em processo de liquidação, o que mostra que o setor é caracterizado por estatais não dependentes, ou seja, que conseguem se manter sem recursos do ente controlador.

**Transporte**

O setor de transporte, durante os três anos analisados, esteve entre os dois setores de maior prejuízo. As estatais que compõem esse setor prestam serviços de transporte urbano de ônibus, metrô e trens e possuem como característica serem em sua maior parte classificadas como dependentes (67% das estatais).

O prejuízo do setor foi de R$ 0,3 bilhão em 2019, alcançando R$ 10,0 bilhões em 2020, e reduzindo para R$ 7,3 bilhões em 2021. Esses números provavelmente refletem que o setor sofreu grandes impactos com a pandemia e consequente redução no número de passageiros. Em 2019, os investimentos no setor foram de R$ 0,1 bilhão, tendo aumentado para R$ 2,5 bilhões em 2020 e sofrido pequena redução em 2021 para R$ 2,2 milhões. Os aportes de capital cresceram de R$ 1,9 bilhão em 2019 para R$ 2,5 bilhões em 2020. Já em 2021 houve pequena redução para R$ 2,4 bilhões. Já as subvenções foram estáveis em 2019 e 2020, com uma média de R$ 1,5 bilhão, e aumentaram para R$ 2,9 bilhões em 2021. Os entes controladores assumiram, ainda, uma média de R$ 1,4 bilhão de passivos ao ano no período.

**Pesquisa e Assistência Técnica Agropecuária**

O setor de pesquisa e assistência técnica agropecuária é composto integralmente por estatais declaradas dependentes, sendo que das 19 estatais desse setor, quatro estão em processo de liquidação.

Nem todos estados possuem estatais desse setor, elas aparecem apenas nos seguintes estados: AC, CE, DF, GO, MT, MS, PA, PE, RN, SE, que possuem uma estatal cada; e MG, PB, RJ e SC, possuem duas estatais cada um.

Esse setor não recebeu aportes de capital em nenhum dos anos por nenhuma das estatais. As subvenções recebidas passaram de R$ 1,0 bilhão em 2019 para R$ 1,8 bilhão tanto em 2020, quanto em 2021. Já em relação aos demais dados avaliados, não há grandes alterações entre os exercícios. Em média, o setor investiu R$ 30 milhões por ano, teve um prejuízo anual de R$ 100 milhões e R$ 278 milhões de passivos assumidos ao ano.

1. Segundo estimativas da ABCON (Impactos-economicos-da-universalizacao-do-saneamento-basico-no-Brasil.pdf (abconsindcon.com.br)) [↑](#footnote-ref-2)